



**ALEXANDRE
DE MORAES**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Atualizado até a
EC 108, de 26.08.2020

37^a
edição Revista,
atualizada
e ampliada

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.02.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M818d

Moraes, Alexandre de, 1968-

Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 37. ed. – São Paulo : Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-97-02762-4

1. Direito constitucional – Brasil. I. Título.
Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

21-68550

CDU: 342(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472



Sumário

1	DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1	Constitucionalismo	1
1.1	Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático.....	2
2	Conceito de Constituição	6
3	Classificação das constituições.....	7
3.1	Quadro geral.....	7
3.2	Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais	7
3.3	Quanto à forma: constituições escritas e não escritas.....	8
3.4	Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas	8
3.5	Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas	9
3.6	Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas	9
3.7	Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias)	10
3.8	Constituição Federal de 1988	10
3.9	Outras classificações	10
4	Aplicabilidade das normas constitucionais	11
4.1	Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada	11
4.2	Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação	12
4.3	Normas programáticas	13
5	Interpretação das normas constitucionais.....	13
5.1	Interpretação conforme a Constituição – Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – A interpretação constitucional e o ativismo judicial (Neoconstitucionalismo e Positivismo).....	16
6	Preâmbulo constitucional	16
7	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	17
8	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	20

9	Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.....	21
9.1	Asilo político.....	22
2	PODER CONSTITUINTE.....	25
1	Conceito e finalidade.....	25
2	Titularidade do poder constituinte.....	25
3	Espécies de poder constituinte.....	26
4	Poder constituinte originário.....	26
4.1	Conceito.....	26
4.2	Formas de expressão do Poder Constituinte originário.....	26
4.3	Características do Poder Constituinte originário.....	27
5	Poder constituinte derivado.....	28
5.1	Conceito e características.....	28
5.2	Espécies de Poder Constituinte derivado.....	28
3	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	29
1	Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa.....	29
1.1	Classificação dos direitos fundamentais.....	29
2	Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais.....	31
2.1	Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos.....	31
3	Direitos e garantias individuais.....	32
3.1	Diferenciação entre direitos e garantias individuais.....	32
3.2	Direitos fundamentais e garantias institucionais.....	33
3.3	Direitos fundamentais – classificação.....	33
4	Destinatários da proteção.....	34
5	Direito à vida.....	35
6	Princípio da igualdade.....	36
6.1	Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público.....	38
6.2	Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I).....	39
6.2.1	Critérios de admissão para concurso público.....	41
6.2.2	Critérios para admissão de emprego.....	41
6.3	Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar....	41
6.4	Princípio da igualdade e ações afirmativas.....	42
6.4.1	Princípio da igualdade e financiamento isonômico às candidaturas de pessoas negras como instrumento de efetividade da plena cidadania e combate à discriminação.....	43
7	Princípio da legalidade.....	44
7.1	Princípios da legalidade e da reserva legal.....	45
8	Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII).....	47
9	Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V).....	48

10	Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII)	49
10.1	Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo.....	50
10.2	Escusa de consciência e serviço militar obrigatório.....	51
10.3	Limitações ao livre exercício do culto religioso	52
10.4	Religião e cultura	52
10.5	Assistência religiosa	53
10.6	Ensino religioso de matrícula facultativa	54
11	Indenização por dano material, moral ou à imagem	55
11.1	Direito de resposta ou de réplica.....	57
12	Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX).....	57
13	Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem	59
14	Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI)	61
14.1	Questão do dia e da noite	63
14.2	Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional.....	64
14.3	Inviolabilidade domiciliar e fisco	65
15	Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII).....	66
15.1	Possibilidade de interceptação telefônica	67
15.2	Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas.....	69
15.3	Gravação clandestina	74
15.4	Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada.....	77
16	Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal	79
16.1	Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados.....	79
16.2	Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal	81
16.3	Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público	85
16.4	Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público.....	87
16.5	Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal.....	88
16.6	Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo	88
17	Direito de reunião (art. 5º, XVI).....	89
17.1	Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia	90
17.2	Tutela do direito de reunião	91
18	Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI)	91
18.1	Finalidade lícita	91
18.2	Caráter paramilitar	92
18.3	Vedação de interferência estatal	92
18.4	Conteúdo do direito de associação	92

18.5	Dissolução das associações.....	93
18.6	Representação dos associados.....	93
19	Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário (art. 5º, XXXV).....	94
19.1	Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado.....	95
19.2	Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva.....	95
19.3	Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição.....	95
20	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI).....	96
21	Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII).....	98
21.1	Justiças especializadas e tribunais de exceção.....	99
21.2	Tribunais de ética e tribunais de exceção.....	100
22	Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII).....	100
22.1	Plenitude de defesa.....	100
22.2	Sigilo de votações.....	100
22.3	Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação.....	101
22.4	Competência constitucional do Tribunal do Júri.....	101
22.5	Constitucionalidade do recurso de apelação, previsto no art. 593, I, d, do Código de Processo Penal, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.....	104
23	Extradição (art. 5º, LI e LII).....	107
23.1	Hipóteses constitucionais para a extradição.....	108
23.2	Requisitos infraconstitucionais para a extradição (Lei de Migração – Lei nº 13.445/2017).....	110
23.3	Procedimento e decisão.....	113
23.4	Prisão cautelar por extradição.....	116
23.5	Atuação do Judiciário na extradição.....	118
23.6	Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradição supletiva).....	118
23.7	Extradição e expulsão.....	119
23.8	Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros.....	122
23.9	Extradição e deportação.....	123
23.9-A	Extradição e entrega (<i>surrender</i>).....	123
23.10	Expulsão e deportação de brasileiros.....	123
23.11	Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo.....	124
24	Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, e Lei nº 11.419/2006).....	124
24.1	Inquérito policial e contraditório.....	128
24.2	Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006).....	128
24.3	Enunciação constitucional dos direitos do presos.....	129

24.4	Ampla defesa, direito ao silêncio e o privilégio a não autoincriminação.....	130
25	Provas ilícitas (art. 5º, LVI)	134
25.1	Provas derivadas das provas ilícitas	137
25.2	Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa)	140
25.3	Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas.....	142
26	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	143
26.1	Execução da pena após decisão de 2ª instância.....	145
27	Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX).....	148
28	Prisão civil.....	149
29	Rol exemplificativo.....	151
30	Direitos fundamentais, tratados internacionais e novos instrumentos de efetivação dos direitos humanos fundamentais	152
4	TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES	157
1	<i>Habeas corpus</i>	157
1.1	Origem.....	157
1.2	Conceito e finalidade.....	158
1.3	Natureza jurídica	161
1.4	Garantia constitucional da liberdade de locomoção.....	161
1.5	Legitimidade ativa	163
1.6	Legitimidade passiva.....	165
1.7	Hipóteses e espécies	165
1.7.1	<i>Habeas corpus</i> preventivo (salvo-conduto).....	165
1.7.2	<i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo.....	165
1.7.3	Liminar em <i>habeas corpus</i>	166
1.8	Possibilidade de supressão	166
1.9	<i>Habeas corpus</i> e assistente	167
1.10	Excesso de prazo	167
1.11	<i>Habeas corpus</i> impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal.....	168
1.12	<i>Habeas corpus</i> contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais.....	168
1.13	<i>Habeas corpus</i> contra ato ilegal imputado a promotor de justiça.....	170
1.14	<i>Habeas corpus</i> contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais	171
1.15	<i>Habeas corpus</i> contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais.....	172
1.16	<i>Habeas corpus</i> e recursos ordinários – concomitância	172
1.17	<i>Habeas corpus</i> – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade.....	173

1.18	<i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares.....	174
1.19	Empate no <i>habeas corpus</i>	175
1.20	Tutela da liberdade de locomoção – <i>habeas corpus</i> – recurso ordinário constitucional STJ.....	175
2	<i>Habeas data</i>	176
2.1	Conceito	176
2.2	Natureza jurídica	176
2.3	Finalidade.....	176
2.4	Cabimento	177
2.5	Legitimação ativa.....	179
2.6	Legitimação passiva	180
2.7	Procedimento (Lei nº 9.507/97).....	180
2.8	Direito ao conhecimento e à retificação	182
2.9	Competência	183
2.10	<i>Habeas data</i> e dados sigilosos	184
3	Mandado de segurança	186
3.1	Conceito e finalidade.....	186
3.2	Espécies	187
3.3	Natureza jurídica	187
3.4	Cabimento do mandado de segurança.....	188
3.5	Conceito de direito líquido e certo	190
3.6	Legitimação ativa – impetrante.....	191
3.7	Legitimação passiva – impetrado	192
3.8	Prazo para impetração do mandado de segurança	194
3.9	Competência	195
3.10	Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais.....	196
3.11	Mandado de segurança individual e coletivo e liminares.....	197
3.12	Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ.....	199
4	Mandado de segurança coletivo.....	199
4.1	Conceito	199
4.2	Finalidade.....	199
4.3	Objeto.....	199
4.4	Legitimação ativa e passiva	201
4.5	Beneficiários	204
4.6	Mandado de segurança coletivo e individual	204
5	Mandado de injunção (Lei nº 13.300/2016).....	205
5.1	Histórico	205
5.2	Conceito	205
5.3	Objeto do mandado de injunção.....	206
5.4	Requisitos	208
5.5	Legitimidade ativa	208

5.6	Legitimidade passiva.....	209
5.7	Procedimento.....	209
5.8	Competência.....	210
5.9	Decisão e efeitos do mandado de injunção.....	211
6	Direito de certidão.....	218
7	Direito de petição.....	220
7.1	Histórico e conceito.....	220
7.2	Natureza.....	220
7.3	Legitimidade ativa e passiva.....	220
7.4	Finalidade.....	221
8	Ação popular.....	221
8.1	Conceito.....	221
8.2	Finalidade.....	222
8.3	Requisitos.....	222
8.4	Objeto.....	222
8.5	Legitimação ativa.....	223
8.6	Legitimação passiva.....	224
8.7	Natureza da decisão.....	225
8.8	Competência.....	225
8.9	Sentença e coisa julgada.....	225
9	Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988.....	226
5	DIREITOS SOCIAIS.....	233
1	Conceito e abrangência.....	233
2	Direito à segurança no emprego.....	234
3	Rol dos direitos sociais.....	235
3.1	Proteção à maternidade. Direito à segurança no emprego e proteção contra trabalho insalubre.....	240
4	Liberdade de associação profissional ou sindical.....	242
4.1	Conceituação.....	242
4.2	Classificação dos direitos sindicais.....	243
4.3	Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade.....	245
5	Direito de greve.....	246
6	DIREITO DE NACIONALIDADE.....	249
1	Conceito.....	249
2	Definições relacionadas à matéria.....	249
3	Espécies de nacionalidade.....	250
4	Brasileiros natos.....	251
4.1	Crítérios de atribuição de nacionalidade originária.....	251
5	Hipóteses de aquisição originária.....	251

5.1	Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.....	252
5.2	Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.	253
5.3	Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira	253
5.4	Opção	254
5.5	Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (<i>ius sanguinis</i> + registro – EC nº 54/07)	256
6	Brasileiro naturalizado	258
6.1	Espécies de naturalização.....	258
6.1.1	Naturalização tácita ou grande naturalização.....	258
6.1.2	Naturalização expressa	259
6.2	Radicação precoce e curso superior	262
7	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado	263
7.1	Brasileiro nato e naturalizado – diferenças	264
7.2	Cargos.....	264
7.3	Função.....	265
7.4	Extradição.....	266
7.5	Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação	266
8	Perda do direito de nacionalidade	267
8.1	Ação de cancelamento de naturalização	267
8.2	Naturalização voluntária	268
8.2.1	Regra constitucional	268
8.2.2	Exceções constitucionais	269
7	DIREITOS POLÍTICOS.....	271
1	Conceito.....	271
2	Direitos políticos	271
3	Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio	272
3.1	Conceituação	272
3.2	Classificação	273
4	Capacidade eleitoral ativa	274
5	Direito de voto.....	275
5.1	Natureza do voto.....	275
5.2	Caracteres do voto.....	275
6	Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto	277
7	Elegibilidade	278
7.1	Conceito	278
7.2	Condições	278

8	Direitos políticos negativos.....	281
8.1	Conceito	281
8.2	Inelegibilidades.....	281
8.3	Quadro de inelegibilidades.....	282
8.4	Inelegibilidade absoluta	282
8.5	Inelegibilidade relativa	283
8.5.1	Por motivos funcionais	283
8.5.2	Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade	295
8.5.2.1	Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo	298
8.5.3	Militar	300
8.5.4	Previsões de ordem legal.....	301
9	Privação dos direitos políticos	302
9.1	Perda	303
9.1.1	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º).....	303
9.1.2	Escusa de consciência	304
9.1.3	Outros casos de perda	305
9.2	Suspensão.....	305
9.2.1	Incapacidade civil absoluta	306
9.2.2	Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos	306
9.2.3	Improbidade administrativa.....	312
10	Partidos políticos.....	312
10.1	Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização.....	317
11	Língua e símbolos oficiais	320
8	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	323
1	Regras de organização.....	323
1.1	Adoção da federação	323
1.2	Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo.....	325
1.3	Capital Federal.....	325
1.4	União	326
1.5	Estados-membros.....	327
1.5.1	Autonomia estadual	327
1.5.2	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	332
1.6	Municípios	333
1.6.1	Lei orgânica municipal.....	334
1.6.2	Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política	339
1.6.3	Vereadores – imunidade material.....	343
1.7	Distrito Federal	345

1.8	Territórios.....	345
1.9	Formação dos Estados.....	346
1.9.1	Fusão (incorporação entre si).....	348
1.9.2	Subdivisão.....	348
1.9.3	Desmembramento.....	348
1.10	Formação de municípios.....	348
1.11	Vedações constitucionais de natureza federativa.....	351
2	Repartição de competências.....	352
2.1	Conceito.....	352
2.2	Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse.....	353
2.3	Repartição em matéria administrativa.....	354
2.3.1	Quadro geral.....	354
2.3.2	Competências administrativas da União.....	354
2.3.3	Competências administrativas dos Estados-membros.....	356
2.3.4	Competências administrativas dos municípios.....	356
2.3.5	Competências administrativas do Distrito Federal.....	357
2.3.6	Competência administrativa comum.....	357
2.4	Repartição em matéria legislativa.....	358
2.4.1	Quadro geral de repartição de competência legislativa.....	358
3	Intervenção.....	371
3.1	Parte geral.....	371
3.2	Intervenção federal.....	372
3.2.1	Quadro geral.....	372
3.2.2	Hipóteses.....	372
3.2.3	Procedimento de intervenção federal.....	373
3.3	Intervenção estadual nos municípios.....	376
9	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	379
1	Conceito.....	379
2	Princípios constitucionais da administração pública.....	380
2.1	Princípio da legalidade.....	380
2.2	Princípio da impessoalidade.....	380
2.3	Princípio da moralidade.....	381
2.4	Princípio da publicidade.....	383
2.5	Princípio da eficiência.....	384
2.5.1	Introdução.....	384
2.5.2	Princípio da eficiência e direito comparado.....	385
2.5.3	Conceito.....	386
2.5.4	Características do princípio da eficiência.....	388
2.5.5	Aplicabilidade e fiscalização.....	391

3	Preceitos de observância obrigatória à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	393
3.1	Fixação do teto salarial do funcionalismo	398
3.2	Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário	401
4	Concurso público	403
5	Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve)	408
6	Servidor público e data-base – princípio da periodicidade	412
7	Cumulação de vencimentos no setor público.....	414
8	Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional.....	418
8.1	Da necessidade da licitação	418
8.2	Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação.....	419
8.3	Da dispensa da licitação	420
8.4	Da inexigibilidade da licitação.....	420
8.5	Conclusão	421
9	Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos	421
10	Improbidade administrativa	424
11	Ação civil pública por ato de improbidade	428
12	Responsabilidade civil objetiva do Poder Público.....	430
12.1	Responsabilidade civil do Poder Público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino	433
13	Servidor público e mandato eletivo	434
14	Sistema remuneratório do servidor público	434
15	Regra geral de aposentadoria do servidor público civil	437
15.1	Regra geral temporária de aposentadoria do servidor público civil da União (“ingresso pós-EC 103/19”)	441
15.2	Primeira regra de transição para a aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC n° 103/19.....	441
15.3	Segunda regra de transição para aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC n° 103/19.....	442
15.4	Aposentadoria especial para os titulares do cargo de professor	443
15.5	Aposentadoria especial para os titulares de cargos ligados à segurança pública e à atividade socioeducativa.....	445
15.6	Pensão por morte de servidor público.....	445
15.7	Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	447
15.8	Servidores públicos e contribuição previdenciária	448
15.9	Previdência Social, Emenda Constitucional n° 103/19 e o respeito aos direitos adquiridos	450
16	Estabilidade do servidor público civil	452

17	Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	454
18	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil.....	455
18.1	Cargo público civil permanente	455
18.2	Cargo, emprego ou função pública temporária	456
19	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais	456
20	Emendas Constitucionais n ^{os} 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos	457
10	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	465
1	Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais	465
1.1	Introdução	465
1.2	Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade.....	466
1.3	Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público	469
1.4	Conclusão inicial.....	470
2	Poder Legislativo	471
2.1	Funções	471
2.2	Congresso Nacional.....	471
2.3	Câmara dos Deputados	475
2.3.1	Suplência e permanência no partido	477
2.4	Senado Federal	478
2.4.1	Suplência e permanência no partido	479
2.5	Função típica – fiscalização. Comissões Parlamentares de Inquérito....	481
2.5.1	Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito.....	483
2.6	Tribunal de Contas	492
2.6.1	Conceito, funções e finalidades	492
2.6.2	Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3)	494
2.6.3	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	495
2.6.4	Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo.....	497
2.7	Estatuto dos congressistas	497
2.7.1	Introdução.....	497
2.7.2	Finalidade democrática.....	498
2.7.3	Histórico.....	499
2.7.4	Conceito de imunidades.....	503
2.7.5	Imunidades materiais	503
2.7.6	Imunidade formal – definição histórica	508

2.7.7	Imunidade formal em relação à prisão e à imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal	509
2.7.8	Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação.....	512
2.7.9	Prerrogativa de foro em razão da função	517
2.7.10	Vencimentos dos parlamentares	520
2.7.11	Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas.....	521
2.7.12	Parlamentar e obrigação de testemunhar	521
2.7.13	Irrenunciabilidade das imunidades	521
2.7.14	Imunidades e parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado)	522
2.7.15	Incompatibilidades	523
2.7.16	Perda do mandato.....	523
2.7.17	Conclusão.....	530
3	Poder Executivo	532
3.1	Estrutura do Poder Executivo	534
3.1.1	Chefe de Estado e Chefe de Governo	534
3.1.2	Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República.....	535
3.1.3	Vacância da Presidência da República	538
3.1.4	Atribuições do Presidente da República.....	540
3.1.4.1	Presidente da República e atos de clemência constitucional (graça, indulto e comutação de pena).....	543
3.1.5	Vice-Presidente da República	545
3.1.6	Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.....	547
3.2	Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República	549
3.2.1	Crimes de responsabilidade	550
3.2.2	Crimes comuns	562
4	Poder Judiciário	569
4.1	Conceito	569
4.2	Quadro de organização estrutural	570
4.3	Funções típicas e atípicas.....	571
4.4	Garantias do Poder Judiciário	572
4.4.1	Garantias institucionais	573
4.4.2	Garantias aos membros.....	577
4.4.3	Independência do Poder Judiciário e controle externo	581
4.4.4	Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário	583

4.4.5	Conselho Nacional de Justiça	585
4.5	Organização do Poder Judiciário	608
4.5.1	Fixação de subsídios do Poder Judiciário.....	611
4.5.2	Requisitos para ingresso na carreira da magistratura.....	612
4.5.3	Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau	613
4.5.4	Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição	614
4.5.5	Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e Tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente	618
4.6	Escolha dos membros dos Tribunais Superiores	619
4.6.1	Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF)	620
4.6.2	Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF)	621
4.6.3	Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF)	623
4.6.4	Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF)	624
4.6.5	Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF).....	625
4.7	Distribuição de competências jurisdicionais	626
4.7.1	Supremo Tribunal Federal.....	626
4.7.2	Superior Tribunal de Justiça	637
4.7.3	Justiça do Trabalho	642
4.7.4	Justiça Eleitoral	646
4.7.5	Justiça Militar	647
4.7.6	Justiça Federal	647
4.7.7	Justiça Estadual	650
4.7.8	Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”.....	651
4.8	Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal)	654
4.9	Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 2015) e Lei nº 13.256 de 2016).....	659
4.9.1	Recurso extraordinário	659
4.9.2	Requisitos constitucionais para o recurso extraordinário	660
4.9.3	Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral	661
4.9.4	Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/2006).....	664
4.9.5	Repercussão geral e Regimento do STF	667
4.9.6	Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários	668
5	Ministério Público	670

5.1	Histórico	670
5.2	Origem e desenvolvimento no Brasil.....	671
5.3	Posicionamento constitucional	676
5.4	Conceito	677
5.5	Princípios do Ministério Público	678
5.5.1	Unidade.....	678
5.5.2	Indivisibilidade.....	679
5.5.3	Princípio da independência ou autonomia funcional.....	679
5.5.4	Princípio do promotor natural.....	680
5.6	Funções	682
5.7	Ministério Público e poder de investigação	685
5.8	Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão.....	688
5.9	Garantias do Ministério Público	689
5.9.1	Garantias da instituição	690
5.9.2	Garantias dos membros.....	696
5.10	Vedação ao exercício da política partidária.....	698
5.11	Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.....	700
5.12	Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público	702
5.13	EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público	707
5.14	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	711
6	Advocacia pública	713
7	Advocacia.....	715
7.1	Indispensabilidade do advogado	715
7.2	Imunidade do advogado.....	716
8	Defensoria pública	717
11	PROCESSO LEGISLATIVO.....	721
1	Conceito.....	721
2	Noções gerais	723
2.1	Conceitos iniciais	723
2.2	Processos legislativos	724
2.2.1	Classificação em relação às formas de organização política ..	724
2.2.2	Classificação em relação à sequência das fases procedimentais	724
3	Processo legislativo ordinário	725
3.1	Fase introdutória.....	725
3.1.1	Iniciativa de lei do Poder Judiciário.....	726
3.1.2	Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61.....	727

3.1.3	Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo ou que desnature o projeto original	728
3.1.4	Vício de iniciativa e sanção.....	729
3.1.5	Iniciativa de lei do Ministério Público.....	730
3.1.6	Iniciativa popular de lei.....	731
3.1.7	Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial).....	731
3.2	Fase constitutiva	733
3.2.1	Deliberação parlamentar.....	733
3.2.2	Deliberação executiva	737
3.3	Fase complementar	740
3.3.1	Promulgação.....	740
3.3.2	Publicação	741
4	Espécies normativas	741
4.1	Emendas constitucionais	742
4.1.1	Quadro geral sobre limitações ao poder reformador	744
4.1.2	Limitações expressas.....	744
4.1.3	Limitações implícitas	747
4.2	Lei complementar	747
4.2.1	Lei complementar e lei ordinária – diferenças	748
4.2.2	Processo legislativo especial da lei complementar	749
4.2.3	Hierarquia – lei complementar e lei ordinária.....	749
4.3	Medidas provisórias	751
4.3.1	Procedimento da medida provisória – aprovação integral.....	752
4.3.2	Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações	755
4.3.3	Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	756
4.3.4	Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional	757
4.3.5	Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada .	758
4.3.6	Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto	759
4.3.7	Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória	759
4.3.8	Medidas provisórias e controle de constitucionalidade	760
4.3.9	Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias	763
4.3.10	Medida provisória e decreto-lei	765
4.3.11	Limites materiais à edição de medidas provisórias.....	766
4.4	Lei delegada.....	771
4.4.1	Natureza jurídica	771

4.4.2	Processo legislativo especial da lei delegada.....	771
4.4.3	O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada.....	773
4.5	Decreto legislativo.....	773
4.5.1	Conceito	773
4.5.2	Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo.....	773
4.5.3	Tratados e atos internacionais e incorporação com <i>status</i> ordinário ou constitucional (direitos humanos).....	774
4.6	Resolução	778
4.6.1	Conceito	778
4.6.2	Espécies.....	778
4.6.3	Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções	778
4.7	Leis orçamentárias	779
4.7.1	Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.....	781
4.7.2	Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias.....	782
4.7.3	Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária	783
12	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	785
1	Ideia central.....	785
2	Conceito.....	787
3	Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas .	787
3.1	Requisitos formais.....	787
3.1.1	Subjetivos	787
3.1.2	Objetivos	788
3.2	Requisitos substanciais ou materiais.....	788
4	O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo Poder Executivo	788
5	Espécies de controle de constitucionalidade	789
5.1	Em relação ao momento de realização.....	789
5.2	Controle repressivo em relação ao órgão controlador	789
5.2.1	Político	789
5.2.2	Judiciário ou jurídico.....	790
5.2.3	Misto	790
5.3	Modelos clássicos de controle de constitucionalidade.....	790
5.4	Controle de constitucionalidade no Brasil	793
6	Controle preventivo.....	793
6.1	Comissões de constituição e justiça	794
6.2	Veto jurídico.....	794

7	Controle repressivo de constitucionalidade	794
8	Controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo	795
8.1	Art. 49, V, da Constituição Federal	795
8.2	Art. 62 da Constituição Federal	795
9	Controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário.....	796
9.1	Difuso ou aberto.....	796
9.1.1	Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário	799
9.1.2	Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF)	800
9.1.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso	803
9.1.4	Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública.....	804
9.1.5	Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo	807
9.1.6	Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo	810
9.2	Controle concentrado ou via de ação direta	811
10	Ação direta de inconstitucionalidade genérica	813
10.1	Competência	813
10.2	Objeto	813
10.2.1	Conceito de leis e atos normativos.....	814
10.2.2	Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias	817
10.2.3	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das Constituições Estaduais.....	817
10.2.4	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal	818
10.2.5	Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal	819
10.2.6	Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal	819
10.2.7	Controle concentrado e respeito à legalidade	820
10.2.8	Tratados internacionais e controle de constitucionalidade....	820
10.2.9	Controle de constitucionalidade e decretos	823
10.3	Legitimação	823
10.3.1	ADIn e pertinência temática.....	824
10.3.2	ADIn e entidades de classe ou confederações sindicais	825
10.3.3	Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	826
10.3.4	Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	826
10.4	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade	827
10.5	Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade	828
10.6	Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial	831

10.7	Advogado-Geral da União	831
10.8	Procedimento e decisão.....	832
10.8-A	<i>Amicus curiae</i> e democratização do controle concentrado de constitucionalidade	835
10.8-B	Julgamento e decisão	838
10.9	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado	840
10.9-A	Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	841
10.9-B	Efeitos repristinatórios.....	849
10.9-B.1	Interpretação conforme a Constituição.....	851
10.9-B.2	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	853
10.9-B.3	A interpretação constitucional e o ativismo judicial	854
10.9-B.4	Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade.....	856
11	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	858
12	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	860
12.1	Finalidade.....	860
12.2	Objeto.....	860
12.3	Inconstitucionalidade por omissão	861
12.3.1	Legitimidade e procedimento.....	862
12.4	Decisão do Supremo Tribunal Federal	862
12.5	ADI por omissão (ADO) e medida liminar.....	863
13	Ação declaratória de constitucionalidade	864
13.1	Previsão	864
13.2	Finalidade.....	865
13.3	Legitimidade.....	866
13.4	Objeto.....	866
13.5	Procedimento e julgamento.....	867
13.6	Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	872
14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	873
14.1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva.....	877
14.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação	879
15	Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/2006).....	881
13	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	897
1	Estado de defesa e estado de sítio	897
1.1	Quadro comparativo: Estado de defesa e Estado de sítio.....	898
2	Forças armadas	900
3	Segurança pública	902

3.1	Vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública	907
3.2	Segurança pública e combate à criminalidade organizada	910
14	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	913
1	Dos princípios gerais da atividade econômica	914
2	Intervenção do Estado no domínio econômico	916
2.1	Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais	917
3	Da política urbana	918
3.1	Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano	918
3.2	Usucapião constitucional de área urbana	918
4	Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária	918
4.1	Preceitos da política agrícola	918
4.2	Destinação das terras públicas e devolutas	919
4.3	Reforma agrária	920
4.4	Usucapião constitucional de área rural	921
5	Do sistema financeiro nacional	922
5.1	Emenda Constitucional nº 40/03	922
5.2	Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%	922
15	ORDEM SOCIAL	925
1	Seguridade social	925
1.1	Parte geral	925
1.1.1	Conceito	925
1.1.2	Objetivos	927
1.2	Saúde	927
1.2.1	Conceito	927
1.2.2	Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde	927
1.2.3	Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde	928
1.2.4	Promoção da saúde pública e combate a endemias	928
1.2.5	Promoção da saúde pública e combate a pandemias	929
1.3	Previdência social	930
1.3.1	Plano de previdência social	930
1.3.2	Regras sobre aposentadoria	932
1.3.3	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral da Previdência após a entrada em vigor da EC 103/19 (“filiados pós-EC 103/19”)	933
1.3.4	Primeira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC	

	103/19”) – Critérios de tempo de contribuição e somatório da idade e do tempo de contribuição	934
1.3.5	Segunda regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição e idade	935
1.3.6	Terceira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição existente até a entrada em vigor da EC nº 103/19, tempo total de contribuição e período adicional (“pedágio”)	936
1.3.7	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado de que trata o inciso I do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal (“filiados pré-EC 103/19”)	937
1.3.8	Regra de transição para aposentadoria voluntária para o segurado ou o servidor público federal que tenha se filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da EC nº 103/19	937
1.3.9	Regime de previdência privada de caráter complementar	938
1.3.10	Pensão por morte concedida a dependente de segurado	938
1.4	Assistência social	939
2	Educação, cultura e desporto	940
2.1	Educação	940
2.1.1	Conceito	940
2.1.2	Princípios constitucionais do ensino	941
2.1.3	Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF)	943
2.1.4	Universidades	943
2.1.5	Preceitos constitucionais sobre a educação	943
2.1.6	Organização dos sistemas de ensino	945
2.1.7	Aplicação obrigatória de recursos à educação	946
2.2	Cultura	948
2.3	Desporto	950
2.3.1	Preceitos constitucionais	950
2.3.2	Justiça desportiva	951
3	Ciência e tecnologia	951
4	Comunicação social	951
4.1	Comunicação social e liberdade de informação	954
4.2	Garantia constitucional do sigilo da fonte	955
5	Meio ambiente	955
5.1	Constituição e proteção ao meio ambiente	955
5.2	Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente	960
6	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	962
6.1	Conceituação	962

6.2	Regras de regência das relações familiares	963
6.2.1	Princípio da paternidade responsável e exame do DNA	965
6.3	Tutela das crianças e dos adolescentes.....	965
6.4	Tutela aos idosos	967
6.4.1	Constituição Federal e Estatuto do Idoso	967
6.4.2	Saúde do idoso e cidadania	968
6.4.3	Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos	969
6.4.4	Idoso e transporte público.....	969
7	Índios.....	971
16	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	975
1	Conceito.....	975
2	Competências tributárias.....	977
3	Espécies de tributos.....	978
3.1	Impostos	979
3.2	Taxas	980
3.3	Contribuições de melhoria	982
3.4	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas	983
3.5	Empréstimo compulsório	984
4	Competência residual tributária	985
5	Imposto extraordinário.....	986
6	Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos	987
7	Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos.....	988
8	Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias	990
9	Limitações do poder de tributar.....	993
9.1	Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita.....	994
9.2	Princípio da igualdade tributária.....	995
9.3	Princípio da irretroatividade da lei tributária	995
9.4	Princípio da anterioridade tributária.....	995
9.5	Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal.....	997
9.6	Princípio da vedação ao confisco	999
9.7	Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens	1000
9.8	Princípio da capacidade contributiva.....	1000
9.9	Princípio da razoabilidade.....	1000
9.10	Princípio da uniformidade.....	1001
10	Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar.....	1001
11	Isonções tributárias	1005
	BIBLIOGRAFIA.....	1007
	ÍNDICE REMISSIVO.....	1023